

Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



ASSINATURA DE CONVÊNIOS ENTRE PREFEITURAS MUNICIPAIS E O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

Palácio do Planalto 24 de junho

Prioridade para os mais pobres, uma das diretrizes do Governo, deixa de ser palavra para se transformar em realidade.

23 de junho — Decreto do Presidente Sarney desapropria 37 propriedades, em 12 Estados, num total de mais de 250 mil hectares de terra, para assentar 7.594 famílias de agricultores.

 $\hat{\mathbf{E}}$ com satisfação do dever cumprido que eu presido a esta solenidade.

Congratulo-me com os senhores prefeitos que assinaram esses convênios e com o senhor Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Dr. Deny Schwartz, que com tamanha dedicação vem presidindo este ministério, bem como com o Dr. José Maria Aragão, Presidente do BNH.

Pouco a pouco nós vamos sentindo que aquela diretriz do Governo, prioridade para os mais pobres, vai deixando de ser palavra para ser uma realidade em construção. Dezenas de solenidades temos realizado aqui no Palácio do Planalto. Todas elas tendo como objetivo o lançamento, o acompanhamento e etapas de programas que se destinaram quase todos ao resgate da grande dívida social que temos para com o povo brasileiro.

Pouco a pouco vamos sentindo que a mentalidade que existia no País foi inteiramente modificada. Hoje, todos nós homens públicos não pensamos mais que uma administração se consagra ou se realiza na construção de obras físicas, mas sobretudo na construção de obras que não têm placas, as que são as mais profundas porque se destinam a fazer aquilo que toda a nossa sociedade espera: melhorar as condições de vida do povo brasileiro, principalmente dos mais pobres.

Este programa insere-se no mutirão para a moradia de baixa renda. Mas nele está embutido um programa que tem uma grande potencialidade. Porque não só cria um fundo rotativo como faz com que aquela meta «Governo e povo» possa ser concretizada, uma vez que as potencialidades da comunidade serão colocadas a serviço desse programa, fazendo com que ele se multiplique e, portanto, alcance as suas finalidades de uma maneira mais rápida e de modo mais amplo.

Na Secretaria de Assuntos Comunitários, nós já temos mais de 12 mil programas de trabalho conjunto do Governo com a comunidade. É um número impressionante que tem passado ao largo dos grandes noticiários do País: mais de 400 mil brasileiros estão voluntariamente engajados nesses programas. O que demonstra a disponibilidade, a força criativa deste grande povo quando se lhe oferecem programas que têm esses grandes objetivos.

Como disse o ministro Deny Schwartz, esse programa ao contrário dos outros programas antigos do BNH, tem a grande vantagem de dar àqueles que dele vierem a participar a liberdade de escolher o terreno e a maneira com que ele vai melhorar ou construir a sua casa. Durante a construção ele participa do programa de mutirão também com a própria fiscalização. É uma inversão das formas antigas que tínhamos dos programas de construção de casas populares, em que o futuro adquirente dessa casa não sabia onde era terreno. Ele era escolhido, sobretudo, no interesse daqueles que queriam vender o terreno mais longe, mais

distante, mais sem infra-estrutura e mais caro. Em seguida, as construtoras ou os construtores que também tinham orçamentos que não eram muitas vezes os mais baratos ou os mais compatíveis com aqueles que iam ali residir. E em terceiro lugar, a fraca fiscalização da construção.

Isto muitas vezes obrigava os adquirentes de casas de conjuntos populares, ou de outra natureza, a não apenas um desajustamento em relação à moradia como uma certa revolta pessoal com a própria casa onde eram obrigados a residir.

Nessa inversão de procedimentos, o que nós desejamos — e tenho falado ao senhor ministro de urbanismo — é que se possa, antes da construção de qualquer conjunto ou de qualquer providência de natureza habitacional, escolher em primeiro lugar aqueles que serão os futuros adquirentes para que eles se organizem, para que fiscalizem a compra do terreno, para que fiscalizem e façam a contratação da obra, e para que fiscalizem a execução da obra, de modo que realmente sejam os verdadeiros proprietários, aqueles que têm os interesses mais legítimos no acompanhamento. Em grande parte, a ausência desses procedimentos fez com que alguns programas do BNH falhassem nos seus objetivos e levassem o banco a uma imagem de certo modo não compatível com o trabalho que ele tem realizado.

Com o Plano Cruzado, com a estabilidade econômica, com a opção pelos mais pobres, com o sentido social do Governo, com a seriedade no trato da coisa pública, nós temos certeza que nós, políticos, encarregados de administrar, seremos reconhecidos pela sociedade como aqueles nos ombros de quem recaem as maiores responsabilidades, e que com idealismo executam as suas atribuições e as suas missões.